

Planalto*⁴ SET 1990

ministros negam congelamento

O congelamento de preços é uma hipótese fora de cogitação no Governo. Com pequenas variações, no Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios e na praça dos Três Poderes, esta foi a tônica de ampla ofensiva de ministros e do próprio Palácio do Planalto, para liquidar as especulações que surgiram a respeito de um novo congelamento de preços e salários, a ser negociado no âmbito das discussões em busca de um entendimento entre empresários, Governo e trabalhadores, para segurar a inflação e evitar o agravamento da crise econômica.

Em encontro com o senador Jarbas Passarinho, de quem foi recolher sugestões exatamente em torno dessas negociações em busca de um pacto social, nelas incluindo lideranças políticas, o ministro Bernardo Cabral, da Justiça, fez um desmentido. No ministério da Economia, Zélia Cardoso de Mello fez outra contestação irritada. E na Presidência da República, o porta-voz Cláudio Humberto Rosa e Silva, também deu contribuição do Planalto à negação geral do novo congelamento.

Assegurou o ministro da Justiça que o Governo, além de descarta o congelamento de preços, está atento para não permitir que os empresários aproveitem a atual liberdade para remarcá-los, por conta da possibilidade de searem congelados no futuro. A propósito, o ministro Bernardo Cabral reforçou o desejo do Governo em obter uma trégua entre setores econômicos e políticos para encaminhar o projeto de contenção da inflação num cenário de tranquilidade social, animado com a disposição do presidente da CUT, Jair Meneguelli, em participar da reunião de amanhã no Ministério da Justiça sobre esse acordo.

Negou que a trégua seja um projeto do Governo com prazo para dar certo, o que deveria acontecer até as eleições para esvaziar a votação da oposição. "A trégua não

tem prazo, não tem que ir até as eleições, vamos encaminhá-la e ver até onde podemos ir", informou ao mesmo tempo que explicou porque o Governo não trabalha com o termo "pacto":

"A palavra pacto está muito desgastada. Ela está desmoralizada. Ela nos remete ao passado".

Em direção ao futuro, o entendimento do Governo deve incorporar as lideranças políticas, mas apenas depois das eleições.

Assim, o convite feito ontem ao senador Passarinho foi para que apresentasse sugestões às conversações de amanhã, com base em sua experiência de mais de nove anos como ministro do Trabalho, da Previdência Social e da Educação, mas ainda sem o compromisso de sentar à mesa de entendimento armada pelo Governo.

"Não seria confortável para o senador Jarbas Passarinho estar sozinho na mesa", lembrou Cabral, que não poderia convidar o senador se líderes de outros partidos não estivessem presentes. E nem seria ético convidá-lo sem convidar outras "lideranças", complementou o ministro da Justiça.

Nesse limite formal, o contato com Passarinho restrin- giu-se ao pedido para que apresentasse contribuições verbais para a pauta de negociação. Sugeriu o senador que o Governo procure desfazer a impressão de que a política econômica atual está provocando um arrocho salarial. Seria o caso de o Governo difundir a informação de que livre negociação salarial é melhor do que a indexação, na qual os aumentos de preços superam os salários.

Observou o senador ao ministro que, se o Governo estiver disposto a fazer essa política de comunicação, pode observar o que foi feito no Governo militar do general Médici, no início dos anos 70, quando Passarinho era ministro da Educação e considerou eficaz uma programação feita para desfazer a impressão de arrocho salarial da época.